

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 54, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p>http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.39214</p>	

SEÇÃO: ARTIGO

Relacionamento amoroso: perspectivas de homens acusados de violência por parceiro íntimo

Love relationship: perspectives of men accused of intimate partner violence

Relación amorosa: perspectivas de los hombres acusados de violencia de pareja

Kamila Baldino

Gonçalves¹

orcid.org/0000-0003-4135-2814

milabaldino@hotmail.com

Mariana Gonçalves

Boeckel¹

orcid.org/0000-0002-2806-0238

marianagb@ufcspa.edu.br

Recebido em: 24 nov. 2020.

Aprovado em: 9 maio. 2022.

Publicado em: 14 nov. 2023.

Resumo: A violência conjugal é um grave problema de saúde pública. Iniciativas que busquem compreender os elementos envolvidos na violência são relevantes para sua melhor compreensão e para o desenvolvimento de ferramentas interventivas. Este artigo apresenta um estudo qualitativo sobre as concepções de relacionamento amoroso presentes nos relatos de onze homens acusados de violência conjugal, conforme a Lei 11.340, Maria da Penha, em uma capital do Brasil. Foram utilizados questionários sociodemográficos e grupos focais para coleta das informações. Através da Análise Temática, destacam-se os resultados concernentes ao conceito de relacionamento amoroso, comunicação e estratégias de resolução de conflitos, bem como suas subcategorias. Verificou-se o quanto a figura tradicional masculina enfrenta um processo de ambiguidade em seu papel social, o que gera reverberações na relação conjugal. Ademais, o uso da violência como estratégia ineficaz de resolução de conflitos e a idealização amorosa ocupam um lugar de destaque. Salienta-se a importância de pesquisas e intervenções com esta população.

Palavras-chave: relacionamento conjugal, masculinidade, comunicação, resolução de conflitos, violência conjugal

Abstract: Marital violence is a serious public health problem. Initiatives aimed at understanding the elements involved in domestic violence are relevant to better understand it and to develop intervention tools. This is a qualitative study and it aims to analyze and understand the conceptions of love relationships in the reports of men accused of conjugal violence and framed under Law 11.340, Maria da Penha, in a Brazilian capital. A Sociodemographic questionnaire and Focus Group were applied to data collection. Thematic Analysis was used to highlight the results concerning the concept of love relationships, couple's communication, and conflict resolution strategies and their subcategories. It was verified how much the traditional male figure faces a process of ambiguity in his social role, affecting the marital relationship. In addition, the use of violence as an ineffective strategy for conflict resolution and the love idealization occupy a prominent place. The importance of research and interventions in this population is emphasized.

Keywords: marital relationship, masculinity, communication, conflict resolution, marital violence

Resumen: La violencia marital es un grave problema de salud pública. Las iniciativas destinadas a comprender los elementos involucrados en la violencia son relevantes para su mejor comprensión y para el desarrollo de herramientas de intervención. Este artículo presenta un estudio cualitativo sobre las concepciones sobre la relación amorosa presente en los informes de once hombres acusados de violencia conyugal (Ley 11.340, Maria da Penha), en una capital brasileña. El cuestionario sociodemográfico y el grupo focal se utilizaron para recopilar in-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, RS, Brasil.

formación. A través del análisis temático, destacamos los resultados sobre el concepto de relación de amor, comunicación y estrategias de resolución de conflictos. Se verificó cuánto se enfrenta la figura masculina tradicional a un proceso de ambigüedad en su papel social, produciendo reverberaciones en la relación matrimonial. Además, el uso de la violencia como una estrategia ineficaz para la resolución de conflictos y la idealización del amor ocupan un lugar destacado. Se enfatiza la importancia de la investigación y las intervenciones con esta población.

Descriptor: relación matrimonial, masculinidad, comunicación, resolución de conflictos, violencia marital

O tema da violência conjugal é um problema de saúde pública e, apesar de ainda carecer de iniciativas das autoridades competentes que deem mais atenção para essa questão, é um assunto de interesse de toda sociedade. Dados do Instituto Datafolha de São Paulo (Datafolha, 2019) evidenciam os números alarmantes da realidade brasileira. Segundo a pesquisa, somente no ano de 2018, 38,2% (20,40 milhões) das mulheres brasileiras sofreram com ao menos uma forma de violência (ofensa verbal; agressões físicas; ameaças com facas ou armas de fogo; espancamento; tentativa de estrangulamento). Esses números demonstram, também, que em 23,8% (4,85 milhões) dos casos, os agressores eram companheiros das vítimas e que em 15,2% (3,06 milhões) a violência foi cometida por ex-companheiros.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2021) refere que cerca de 30% (736 milhões) das mulheres ou, ainda, uma em cada três mulheres, em todo o mundo, já sofreram ou irão sofrer alguma forma de violência praticada pelo parceiro íntimo durante sua vida. Calcula-se que de todas as mulheres que foram vítimas de homicídio no mundo em 2012, quase metade foi morta pelos parceiros (Organização das Nações Unidas [ONU], 2016).

Tendo em vista a necessidade de intervenções que propiciem a diminuição e o controle desses números que se mostram alarmantes, instituições interessadas no fenômeno da violência conjugal desenvolveram iniciativas na busca de incluir projetos destinados aos homens acusados de violência. Exemplo disso, é o Instituto NOOS, do Rio de Janeiro, que desde 1990 intervém por inter-

médio de grupo de homens e desenvolveu uma metodologia própria de abordagem que serve de referência para outras iniciativas espalhadas pelo país (Beiras & Nascimento, 2017). Também se faz relevante destacar a aprovação da Lei n. 11.340, Maria da Penha, no ano de 2006 (Brasil, 2006), a qual propõe diretrizes mais rígidas para as intervenções nos casos de violência conjugal; assim como, o comparecimento do homem a programas de recuperação e reeducação (incluído em 2020).

Partindo desta breve introdução, mostra-se importante o desenvolvimento de pesquisas que busquem compreender os diversos fatores envolvidos na complexidade da violência. Muitos são os estudos sobre as mulheres vítimas (Barbosa, 2018; Garcia et al., 2016; Guimarães et al., 2018; Paiva et al., 2017) e ainda se mostra incipiente, na realidade brasileira, a inclusão de estudos com homens agressores (Rovinski et al., 2018; Beiras & Nascimento, 2017; Beiras et al., 2019). Assim, este artigo objetiva apresentar um estudo sobre as concepções acerca de relacionamento amoroso presentes nos relatos de homens acusados de violência conjugal, enquadrados sob a Lei n. 11.340, conhecida popularmente como Maria da Penha. E com base nos dados encontrados, compreender a construção de gênero feminino e masculino desses homens; como se dá a comunicação conjugal a partir dos relatos deles; investigar algumas das estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos homens acusados de violência conjugal e conhecer as expectativas referentes à conjugalidade e aos papéis de gênero presentes em suas relações conjugais.

Método

Participantes

Participaram deste estudo onze homens acusados de violência doméstica, que estavam inscritos no Grupo Reflexivo de Gênero (GRG) de uma edição específica.² Esses homens foram selecionados por conveniência e receberam um convite para

² Os Grupos Reflexivos de Gênero são grupos de viés psicoeducativo, no qual os homens acusados de violência doméstica são convocados pelo magistrado a participarem, e que ocorrem na Vara de Violência Doméstica e Familiar da região metropolitana de Porto Alegre, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), desde 2011 e têm duração média de três meses.

participar da pesquisa, durante uma entrevista inicial de triagem. Os critérios de inclusão utilizados foram os seguintes: (a) homens brasileiros, (b) maiores de 18 anos, (c) alfabetizados, (d) com tempo mínimo de 12 meses de relacionamento conjugal com a vítima, (e) acusados de violência conjugal e (f) respondendo a processos judiciais com base na Lei n. 11.340/2006 – Maria da Penha

– com o processo judicial na Vara de Violência Doméstica e Familiar na região metropolitana do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Como critérios de exclusão estão os homens acusados de violência contra outras mulheres que não são/foram suas companheiras.

A caracterização dos participantes pode ser vista na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização das participantes

Nome*	Idade	Grau de Escolaridade	Profissão	Tempo de Relação
Jorge	21 anos	Ensino Médio	Desempregado	2 anos
Sandro	35 anos	Ensino Fundamental	Pedreiro	15 anos
Henrique	77 anos	Ensino Técnico	Contabilidade	40 anos
João	27 anos	Ensino Médio	Azulejista	1 ano
Gustavo	30 anos	Ensino Fundamental	Serralheiro	7 anos
Diego	38 anos	Ensino Médio	Padeiro	16 anos
Rodrigo	38 anos	Ensino Médio	Motorista	1 anos
Antonio	48 anos	Ensino Técnico	Seg. do Trabalho	3 anos
José	50 anos	Ensino Fundamental	Comerciante	30 anos
Vinicius	21 anos	Ensino Fundamental	Vigilante	5 anos
Rogério	43 anos	Ensino Médio	Motoboy	25 anos

*Nomes fictícios, apenas para fins ilustrativos

Instrumentos

Utilizaram-se os seguintes instrumentos: (a) ficha de dados Sociodemográficos: questionário composto por 22 itens, especificamente elaborado para este estudo (preenchida na triagem inicial, após apresentação, aceite em participar da pesquisa e assinatura do TCLE); e (b) Grupo Focal (GF) com questões previamente desenvolvidas pelas autoras. Os grupos focais foram realizados em dois encontros presenciais, com homens que nunca tinham participado dos GRG e que estavam iniciando sua trajetória em grupos psicoeducativos. As entrevistas foram agendadas anteriormente ao início dos encontros do GRG com auxílio de dois moderadores e equipamentos de gravação de áudio para facilitar a posterior transcrição dos dados. No primeiro encontro foi utilizada uma dinâmica "quebra-gelo" – os participantes se sentaram em círculo e se apresentaram ao grupo. Após, iniciou-se a entrevista com as seguintes perguntas: (a) o que é um relacionamento conjugal para vocês?; (b) o que vocês consideram mais relevante no mo-

mento de escolher uma esposa?; (c) qual a parte mais difícil em um relacionamento amoroso? E qual a melhor parte?; (d) qual o papel de uma mulher em um relacionamento amoroso?; (e) qual o papel de um homem em um relacionamento amoroso?; (f) o que vocês pensam sobre comunicação/diálogo em um relacionamento amoroso?; (g) conseguem/conseguiram dialogar sobre as questões referentes ao relacionamento?; (h) quais temas são/eram mais fáceis de conversar? Quais temas são/eram mais difíceis?; (i) considerando que todos os casais têm conflitos, quais são/eram os temas de maior conflito entre vocês?; (j) como vocês resolvem/resolviam os conflitos conjugais com suas (ex) companheiras?; e (k) como vocês pensam que seria um relacionamento conjugal ideal?

Procedimentos éticos para coleta e análise das informações

Este projeto de pesquisa foi devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciên-

cias da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) (CAAE: 89911618.7.0000.5345), conforme as normas e diretrizes da Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e as entrevistas foram realizadas nas dependências da Vara de Violência Doméstica e Familiar na região metropolitana de Porto Alegre. Utilizou-se o método qualitativo de cunho descritivo-exploratório de pesquisa. As informações coletadas foram analisadas através de Análise Temática (Braun & Clarke, 2006).

Resultados e discussão

Após a análise temática das entrevistas de GF, foram estabelecidas quatro principais categorias temáticas: (a) Relacionamento Conjugal; (b) Comunicação; (c) Resolução de Conflitos e (d) Gênero. A seguir, apresentam-se as especificidades de cada um desses conteúdos temáticos. A análise dos temas e subtemas encontrados pode ser vista na Tabela 2.

Tabela 2 – Temas e subtemas

Tema	Subtema
Relacionamento Conjugal	Representação social de casamento Filhos Casamento como meio de produção de bens Relacionamento conjugal ideal
Comunicação	Diálogo ideal Dificuldade masculina com a comunicação Predominância do discurso feminino Não há possibilidade de entrar em um acordo
Resolução de Conflitos	Evitação
Gênero	Ideal de igualdade Feminino ideal Masculino patriarcal Impotência masculina

Relacionamento conjugal

As subdivisões originadas deste grande tema são: (a) representação social de casamento, (b) filhos, (c) casamento como meio de produção de bens e (d) relacionamento conjugal ideal. Sobre as representações sociais podemos compreender que, segundo Spink (1993, p. 300) "são formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos e que contribuem para a construção de uma realidade comum", o que oportuniza uma maior amplitude na compreensão das questões envolvidas no imaginário dos homens sobre relacionamento conjugal. Os seguintes trechos demonstram como eles presumem que deveria ser um relacionamento conjugal saudável: "relacionamento conjugal é

respeito, afeto, carinho"; "Se ajudar, um tem que ajudar o outro com os filhos e com o trabalho"; "tem que ser recíproco e tem que ter responsabilidade com a família e com os filhos". Nesses fragmentos, os homens abordam a relevância de oferecer e receber apoio dentro da relação como sendo questões primordiais às representações associadas ao relacionamento conjugal.

Contudo, também aparecem elementos que se referem às subdivisões temáticas (b) filhos e (c) casamento como meio de produção de bens, uma vez que estão presentes no discurso componentes que evidenciam a necessidade do casal de trabalhar juntos para construção de um patrimônio familiar, visando oportunizar uma boa educação aos filhos. E, ter filhos, cuidá-los

e educá-los, também apareceu como parte dos requisitos compreendidos como esperados em uma relação conjugal. Assim como o empenho em conjunto dos cônjuges para o trabalho, seja por meio da prática individual, ou por meio de um trabalho comum realizado pelo casal, que deve garantir um meio de assegurar a criação de um patrimônio para a família. Sobre estas afirmações, Alves e Diniz (2005) ao realizarem um estudo com o objetivo de analisar a violência conjugal a partir das representações masculinas, verificaram que o fato de a esposa trabalhar fora foi referenciado como uma importante fonte de ameaça e humilhação para a condição masculina de provedor e chefe da família. Falhar na tarefa de sustentar a família e a casa evidencia para esses os homens a necessidade de receberem o sustento proveniente do trabalho da esposa, o que lhes confere uma ideia de posição inferior na configuração familiar. Sobre isso, Butto (1998) afirma que, em nossa sociedade, com conceitos ainda muito sexistas e patriarcais, quando o papel masculino de provedor é entendido como ameaçado e fragilizado, podem ocorrer repercussões importantes nas relações econômicas da família. Logo, também influenciam nos padrões de autoridade, na compreensão de hierarquia, na distribuição de responsabilidades e nas decisões relativas à conjugalidade. Entretanto, a partir dos dados encontrados sobre a esse aspecto, foi possível observar nos relatos dos homens entrevistados, o quanto eles acreditam que o trabalho seja uma tarefa importante para ambos os integrantes do casal. Não apenas para o desenvolvimento de cada indivíduo, mas para o crescimento do patrimônio conjugal e familiar, o que aponta para um aspecto que pode ser considerado positivo quando comparado com os dados encontrados por Alves e Diniz (2005). Ainda assim, é importante considerar que esse discurso pode estar permeado pela desejabilidade social.

Também foram citados elementos relativos às representações de casamento como "o casamento acabou se tornando uma obrigação"; "o homem, para evitar choques, ele vai consentindo e vai se calando". Com o surgimento destes temas

no discurso dos homens podemos apreender que existe, no mínimo, uma série de ambiguidades em suas representações sociais. Ambiguidades que transitam desde os conceitos apresentados pelas idealizações de um relacionamento conjugal como compreensão, diálogo, troca de afetos, respeito, companheirismo e produção de bens materiais juntos, até a concepção de que estar em um relacionamento conjugal representa abdicar de si, das suas prioridades e das coisas das quais se gosta de fazer, em nome da relação ou do outro. Sobre essas concepções de relacionamento conjugal, estão baseadas as diretrizes apontadas por Walker (2016) como as responsáveis pelo estabelecimento da 1ª fase do Ciclo de Violência, intitulado Início da Tensão. Pois neste contexto, os cônjuges estabelecem um contrato conjugal prévio de idealização e vínculos de dependência mútuos, no qual a necessidade de estar na relação prevalece ao amor. Contudo estes vínculos de alta intensidade emocional não são sustentáveis, considerando a complexidade da rotina e do dia a dia que permeia as relações conjugais. Desta forma, os ideais construídos acabam sendo rompidos, causando profundas frustrações e desilusões aos envolvidos e encaminhando o casal para a 2ª fase do Ciclo da Violência, chamada de Ápice da Tensão. Neste momento, por falta de estratégias de enfrentamento a estas dificuldades, ocorre o aumento das tensões entre o casal e as emoções chegam ao seu ápice, culminando então na agressão física (Falcke et al., 2015).

Entretanto, também podemos relacionar as dificuldades demandadas pelo discurso dos homens com o conceito de qualidade conjugal, que segundo Mosmann (2015) está associado ao resultado da articulação de uma série de aspectos pessoais do indivíduo. Dentre eles, os recursos pessoais de cada um, os aspectos referentes ao contexto no qual os cônjuges estão inseridos e na capacidade de enfrentamento das dificuldades por meio dos processos adaptativos individuais. Desta forma, podemos perceber que a postura adotada pelos homens quanto às representações de parceiras e relacionamentos ideais,

contribuem significativamente para o aumento da dificuldade de resolução dos problemas conjugais. Uma vez que, por meio do seu discurso os homens demonstram parâmetros mais rígidos acerca dos conceitos relativos à conjugalidade e, conseqüentemente, baixos níveis de tolerância a frustrações, o que colabora para a manutenção dessas dificuldades nos processos adaptativos. Sobre essas idealizações e suas conseqüências para o relacionamento conjugal, surgiu a subdivisão temática (d) relacionamento conjugal ideal. Nesta última subdivisão foram destacados aspectos relativos à efetuação de um contrato irrealizável, uma vez que as respostas evidenciam o quanto a compreensão masculina sobre a dinâmica das relações conjugais permanece permeada por princípios idealizados e impraticáveis na vida conjugal. Quando questionados sobre suas concepções acerca de relacionamentos conjugais ideais, os homens forneceram respostas muito semelhantes às dadas anteriormente, quando lhes foi perguntado como entendiam que deveria ser um relacionamento conjugal. Eles demonstram claramente o quanto as concepções sobre relacionamento conjugal e seus ideais possuem elementos indissociáveis, não sendo possível considerar as diferenças presentes entre o que é um relacionamento conjugal real e possível ou o que é um relacionamento idealizado e impraticável. Nesta direção, essas respostas surgiram como alternativas que os homens acreditavam que poderiam contribuir para que o relacionamento conjugal fosse ideal, são elas: "morar em casas separadas" e "se elas não tivessem família de origem". Essas concepções ratificam as opiniões expressas pelos homens anteriormente sobre seu desinvestimento em estratégias de resolução de conflitos saudáveis e demonstram a aposta em idealizações como alternativas de enfrentamento às dificuldades conjugais.

Um estudo realizado por Miranda e Ramos (2012), que teve como objetivo analisar os vínculos conjugais na contemporaneidade, evidencia elementos que auxiliam na compreensão desses posicionamentos masculinos e seus severos reflexos na vida conjugal. Dentre os resultados

apresentados, aparece em destaque as idealizações compartilhadas pelo casal em torno do casamento e da união. Contudo, quando estas expectativas não são atendidas, percebe-se um grande mal-estar no relacionamento, contribuindo, inclusive, para o divórcio. Podemos compreender essa idealização e conseqüente frustração ao amor romântico, vendido como um amor de filmes de cinema, de "felizes para sempre" que devem ser incessantemente almejados na vida real. Porém, exatamente por ser idealizado, o amor romântico não é possível de ser alcançado, fazendo de seus seguidores apenas vítimas frustradas (Miranda & Ramos, 2009). Sobre a dificuldade de lidar com os contratos irrealizáveis, Pinto e Guedes (2001) e Torossian et al. (2009) comentam que o conflito conjugal se estrutura a partir de um conjunto de fatores, dentre eles o modelo idealizado que não pode ser realizado; e, que quando almejado, sem considerações aos limites impostos pela vida real, pode contribuir diretamente para o crescimento das dificuldades conjugais.

Considerando o conceito de qualidade conjugal, as suas representações sociais e os evidentes aspectos relacionados à idealização das relações conjugais, os temas abordados pelos homens nesta pesquisa mostram o quanto pode ser ambíguo estar em uma relação amorosa. Posicionar-se de acordo com a realidade e deixar de lado as expectativas míticas e irrealis, para assumir uma posição de protagonismo na relação; e assim, finalmente, ocupar um lugar de reflexão junto ao par, estabelecendo limites, estratégias e alternativas para os desconfortos inatos a qualquer relacionamento se mostra como uma tarefa difícil.

Comunicação

As subdivisões temáticas originadas por este grande tema são: (a) diálogo ideal, (b) dificuldade masculina com a comunicação, (c) predominância do discurso feminino e (d) não há possibilidade de entrar em um acordo. Por meio da análise dos temas referidos nesta segunda divisão temática, podemos perceber que, conforme a subdivisão (a) diálogo ideal, os homens,

apesar de compreenderem a relevância e os benefícios oferecidos pelo diálogo na comunicação conjugal, demonstram impossibilidade de servirem-se desta ferramenta. Como fica evidente nestes trechos referidos por eles: "diálogo é expor o que se pensa", "é um comum acordo", "o diálogo deve existir para chegarmos a um meio termo". No entanto, contrariando o referido anteriormente, surge o tema (d) não há possibilidade de entrar em um acordo sobre as questões relativas à conjugalidade por meio do diálogo, que contribui para o desinvestimento na prática do diálogo. Sobre essa questão, eles respondem que "é muito difícil acontecer diálogo", "não conseguimos resolver os conflitos conversando" e ainda, "sempre fica um impasse".

Neste processo de silenciamento que ocorre dentro do contexto conjugal, quando os membros de um casal não se sentem encorajados a falar de si e de suas emoções ao seu parceiro, há como resultado um importante ponto estressor que pode culminar no aumento de estratégias ineficazes para lidar com as diferenças, podendo resultar em violência. A este respeito, De Antoni e Koller (2010) destacam que os processos de comunicação são importantes para o desenvolvimento de uma relação conjugal saudável, tendo em vista que proporcionam mais condições de superação de eventos estressores. Sobre estratégias possíveis de serem utilizadas para melhorar as condições de comunicação entre o casal, Yunes (2003) evidencia que os processos de comunicação devem ser contidos de elementos claros, com expressões emocionais nítidas e com colaboração mútua na solução dos problemas enfrentados. Pois assim, haverá condições para a construção e a consolidação de um espaço aberto de diálogo que servirá de alicerce para a adequada manutenção da relação conjugal.

Corroborando estes achados, o tema (b) a dificuldade masculina com a comunicação evidencia os obstáculos masculinos em expor seus sentimentos e opiniões no contexto conjugal. Os relatos: "não temos espaço para expressar nossos sentimentos", "o homem se deixa levar dentro do silêncio para não ter confronto", ou ainda,

"quem define as regras de um relacionamento conjugal são as mulheres", demonstram o quanto os homens não se sentem confortáveis para manifestar seus sentimentos. Estas concepções também são apontadas no estudo realizado por Sousa (2017) com homens presos acusados de violência doméstica, que reconhecem a dificuldade masculina de expressar seus sentimentos como contribuição para instauração da violência conjugal. Entretanto, Sousa (2017) indica que a violência conjugal também foi referida pelos entrevistados como estratégia de resgate da hegemonia masculina considerada ideal e perdida na relação conjugal. Ou seja, o que produz evidências que fundamentam iniciativas de autorregulação das emoções com os homens, para que as masculinidades tenham oportunidade de se expressar de formas alternativas à violência. Essa dinâmica masculina de retirar-se do diálogo conjugal, favorece e ratifica o lugar de fala e de decisão da mulher dentro da relação. Como visto na subdivisão temática (c) a predominância do discurso feminino: "mulheres são mandonas", uma vez que acaba sendo direcionada para elas a responsabilidade pelas decisões conjugais a partir da omissão masculina. Entretanto, essa situação acaba por produzir nos homens uma conduta padronizada de consentimento e submissão, que com o passar do tempo, conforme apresentado anteriormente, gera um forte sentimento de menosprezo e desvalia na relação conjugal.

Sobre esta dinâmica de silêncio e menosprezo, Rosenberg (2006) comenta que existem formas de comunicação que podem contribuir para comportamentos violentos nas relações. Para designar essas formas de comunicação, o autor utiliza a expressão "comunicação alienante da vida" que acaba prendendo o sujeito em um mundo dicotômico de ideias sobre o certo e o errado, estimulando a classificação e o julgamento das pessoas, o que incentiva o uso da violência e, em algumas situações, até tenta justificar seu emprego. Rosenberg (2006) classifica como uma das formas de "comunicação alienantes da vida" a negação de responsabilidades, visto que ela turva nossa consciência de que cada um de nós

é responsável por seus próprios pensamentos, seus sentimentos e seus atos. O que ocorre é que, ao utilizar esta forma de comunicação, os homens abdicam do compromisso de assumir seus desejos e vontades diante das companheiras, permitindo que elas tomem as decisões em nome do casal. Contudo, quando algo sai em desacordo com o que realmente desejam não aguentam a frustração e recorrem à violência, associando outra "comunicação alienante da vida" que propõe que certos atos merecem recompensa e outros, punição. Assim, Rosenberg (2006) afirma que a não responsabilização por seus atos ou, ainda, o pensamento baseado em "quem merece o quê" bloqueia outros tipos de comunicação mais compassiva, pois esta maneira de comunicação se origina e se sustenta em relações baseadas na hierarquia ou na dominação de um sujeito sobre o outro. Esses aspectos referenciados por Rosenberg (2006) corroboram relatos dos homens participantes, pois quando indagados sobre quais assuntos eram possíveis de serem conversados, os homens deixam claro que todos os aspectos relativos aos filhos ou aos momentos de lazer; porém, marcam de maneira evidente que as dificuldades surgiam quando os assuntos tinham relação direta com a conjugalidade e suas adversidades.

Ademais, as dificuldades masculinas concernentes à comunicação apontam questões de gênero importantes. Por muito tempo, os homens se desenvolveram em contextos nos quais suas emoções, percepções e reflexões eram pouco estimuladas, sendo muito mais proeminente a ação. Sobre isso, Falcke et al. (2009) salientam que em nossa sociedade tradicional, esperava-se da mulher delicadeza, subordinação e obediência, pois era a principal responsável pelos cuidados da casa, do marido e dos filhos. Por outro lado, os homens eram educados de modo a serem proativos para a resolução dos problemas práticos da família, os provedores e chefes da casa e, por isso, tinham obrigação de ser mais fortes e corajosos. Papéis sociais rígidos que até hoje são passíveis de serem observados como tendo uma série de relevantes influências nas concepções de relacionamentos conjugais.

Resolução de conflitos

A subdivisão temática encontrada por esta categoria foi classificada como (a) evitação. Essa alternativa aparece em destaque como ferramenta utilizada na tentativa de resolução dos conflitos conjugais, entretanto, é considerada como uma estratégia ineficaz, pois não contribui para o estabelecimento do diálogo conjugal, não auxiliando na resolução da problemática geradora do conflito. Sobre este tipo de estratégia de resolução de conflitos, Delatorre et al. (2015, p. 52) discorrem que "a comunicação é um processo complexo e que não se restringe somente ao que é falado, mas também a todos os gestos e atitudes que expressam mensagens e afetam a interação". Assim percebemos que (a) evitação tornou-se a principal estratégia de resolução de conflitos aplicada pelos homens. Quando questionados sobre como resolvem os conflitos com suas companheiras, eles responderam "fico quieto", "os conflitos não são resolvidos", "nunca dei bola para cobrança da minha mulher, eu só aceitava". O conteúdo desse discurso evidencia o quanto inúmeras tentativas de evitação eram utilizadas e o quanto elas contribuíram diretamente para a não resolução efetiva dos conflitos e, ainda, resultaram em uma elevação considerável da tensão entre o casal. Reforçando a relevância do conceito bumerangue, apresentado por Markman et al. (2001) de que as tentativas de evitar ou ignorar as adversidades das relações acabam por incrementá-las, o que resulta em processos pelos quais os problemas retornam com mais intensidade, podendo culminar em atos violentos. Nesta direção, sobre as estratégias evitativas, Góngora e Miragaia (2000) expressam que são constituídas por técnicas diferentes que visam resolver os conflitos conjugais por meio da evitação das demandas do parceiro, contudo o autor destaca o quanto há de violência contida nesses atos evitativos, uma vez que o sentimento de desamparo causado pela separação e pela ruptura abrupta também pode ser considerado forma grave de violência.

Sobre a evitação conjugal ser utilizada como uma forma importante de agressão foram en-

contrados elementos no discurso dos homens que constata o quanto há de agressividade e violência nas estratégias de resolução de conflitos masculinas. Nos fragmentos seguintes é possível observarmos a expressão da raiva contida nestas atitudes: "o mais fácil é virar as costas e sair", "deixo ela falando sozinha", "ficava 3 ou 4 dias sem conversar com ela, sem nem olhar para ela" ou ainda "só dou o meu desprezo e o meu silêncio". Diante dessas respostas, torna-se claro o quanto os homens ao sentirem-se impossibilitados de expressar seus sentimentos e opiniões por meio da fala e do diálogo, iniciam um complexo processo de aumento de raiva pela situação em que se encontram e começam a recorrer à violência para aliviar suas tensões. Neste sentido, Hirigoyen (2006) apresenta que a indiferença às demandas afetivas do parceiro, a recusa em demonstrar qualquer interesse pelo outro, demonstrações abertas de rejeição ou de desprezo pelo parceiro, assim como, recusar-se a falar ou, até mesmo, a sair junto para encontros sociais ou familiares são comportamentos e atitudes que explicitam a prática da violência moral. Considerando também a impossibilidade de comunicação masculina, podemos associar ao lugar que a violência ocupa na comunicação deste casal, visto que conforme propõem De Antoni e Koller (2010) em muitos casos, quando não há espaço na relação para uma adequada comunicação, o diálogo pode ser substituído por diversas formas de agressão, sendo depositada no uso da violência a tarefa de resolver os conflitos. Sobre isso Falcke et al. (2015) dissertam que quando existe a impossibilidade do diálogo entre o casal e as tentativas de negociação falham, a violência aparece como uma estratégia de resolução de conflitos, a qual se apresenta como uma alternativa extremamente prejudicial para o casal e para os filhos que, diversas vezes, acabam sendo testemunhas da violência.

Os resultados encontrados nesta pesquisa relativos à resolução de conflitos conjugais corroboram a pesquisa realizada por Mosmann e Falcke (2011) com 149 casais, residentes na capital e no interior no Rio Grande do Sul, a qual buscou

identificar os motivos de conflitos conjugais e a frequência com que ocorrem nas relações conjugais. As autoras constataram que há necessidade de maiores investimentos em intervenções junto aos casais, visando entre outras coisas, promover o desenvolvimento de estratégias de resolução de conflitos mais eficazes e, assim, melhores níveis de qualidade no relacionamento conjugal.

Gênero

As subdivisões temáticas encontradas por esta categoria foram classificadas como (a) ideal de igualdade, (b) feminino ideal, (c) masculino patriarcal e (d) impotência masculina. Foram temas que apareceram evidenciando a ambiguidade masculina acerca dos conteúdos referentes aos papéis sociais e de gênero nas relações conjugais. Iniciando pelo tema (a) ideal de igualdade, que surgiu com frases como "somos todos iguais" e "devemos ter direitos e deveres iguais" que apresentam elementos indicativos de respostas baseadas em expectativas sociais, uma vez que as respostas posteriores denunciam outras concepções sobre as diferenças relativas aos gêneros.

Outro aspecto que evidencia a fragilidade da relação masculina com as questões relativas ao gênero nos relacionamentos conjugais, aparece na subdivisão temática (b) feminino ideal, em que a mulher é retratada dentro de um espectro idealizado. É possível observarmos esse fenômeno tanto no que diz respeito à sua aparência física, como "tem que ser bonita" e "deve ter um corpo atraente", em aspectos de suas características pessoais, "deve ser parceira para todas as horas" e "eu gosto de mulher delicada". E, também, em elementos que fazem referência à importância da mulher para o casal e para a família, como "tem que ser caseira", "uma mulher que cuide da casa e da família" e "a mulher é a responsável pela união da família". Para Jacobs (2004), as expectativas e as responsabilidades ainda sofrem forte influência de papéis de gênero predeterminados socialmente, o que produz uma confusão entre as proposições mais modernas e as formas mais tradicionais de pensar a construção e a manutenção dos papéis sociais. Esse processo, por sua

vez, proporciona uma atmosfera confusa e leva os casais a formularem expectativas irrealizáveis, sentimentos mútuos de incompreensão, ressentimento e rejeição (Jablonski, 2010).

Originada desta rigidez associada aos papéis de gênero nas relações conjugais, surge o tema (c) masculino patriarcal quando os homens são questionados sobre qual papel entendem exercer nas relações. As respostas contêm evidências claras a partir dos seguintes trechos: "o homem é o chefe da casa", "a ausência de um homem no lar traz consequências para os filhos e para a mulher", "o homem tem que sustentar a casa", "se dedicar à família" e "o homem pensa objetivamente em como resolver os problemas" de que ainda são prevalentes nas representações sociais masculinas, elementos baseados na hierarquização de papéis de gênero nos relacionamentos conjugais. Consequentemente, os homens se apresentam em uma posição dominante e fazem exigências diretas às mulheres, que devem corresponder a essa demanda a partir de uma posição de subordinação e obediência. Os ideais presentes no imaginário social masculino permanecem, ainda, vigentes no modelo tradicional de patriarcado (Alves & Diniz, 2005; Boeckel, 2017; Falcke, et al., 2009; Sousa, 2017). Sobre esta dinâmica perversa das relações assimétricas de poder, Strey (2001) pontua que as ideologias de gênero que legitimam esta forma de dominação masculina acabam naturalizando diferenças socialmente construídas e contribuindo diretamente para a instalação de desigualdades maiores.

Neste contexto, se observa uma ambiguidade importante desde o início do discurso masculino, pois eles referem acreditar em igualdade de gêneros e defendem direitos e deveres iguais. Aqui se torna evidente a fragilidade do discurso dos homens que atribuem às mulheres a responsabilidade de manutenção e garantia de bem-estar da família, enquanto se intitulam como os "chefes da casa", ratificando um sentimento de confusão não apenas com relação aos papéis de gênero na sociedade, nos relacionamentos conjugais, mas também demonstrando fragilidade na compreensão que eles mesmos têm de si e de sua

importância no contexto conjugal (Sousa, 2017). Nesta direção, emerge o tema (d) impotência masculina, que expõem o enfraquecimento das subjetividades masculinas nas relações conjugais. No relato dos homens, esses aspectos ficam evidentes nos seguintes trechos: "as exigências dentro dos padrões convencionais da sociedade fazem com que a gente não tenha voz" ou ainda "não tem espaço para falar dos nossos sentimentos". Estas restrições são resultado de uma construção social de masculinidade limitada, que não foi ensinada a falar de afetos, a qual os homens estão sujeitos e que não permite espaço para formas saudáveis de expressão de sentimentos. Em decorrência disso, os homens sentem que devem relevar os incômodos advindos da relação conjugal, o que ocasiona uma impossibilidade de posicionarem-se diante dos seus sentimentos e, consequentemente, dentro da própria relação conjugal (Mattiello, 2021). Todavia, como explicado anteriormente, este contexto pode contribuir para a instauração da violência entre os cônjuges, pois produzem como resultado uma sensação de impotência e menos valia que pode ser "compensada" por meio do uso da violência (Guimarães, 2016). Sobre isso, Randle e Graham (2011) destacam que a agressividade, atualmente, é um dos poucos sentimentos estimulados e aceitos socialmente de serem expressos pelos homens, auxiliando na compreensão do uso da violência como alternativa às manifestações das questões que causam incômodo nas relações conjugais.

Considerações finais

O fenômeno da violência conjugal possui um caráter bastante complexo, pois sofre influência de fatores diversificados, tornando relevante seu constante estudo como meio de viabilizar estratégias eficazes de tratamento, inclusive na esfera da saúde pública. Observa-se por meio dos dados encontrados nos relatos dos homens entrevistados o quanto a figura tradicional masculina enfrenta um processo importante de ambiguidade no seu papel social, o que produz reverberações muito importantes dentro da relação conjugal.

Os homens não são os únicos "chefes da casa", porém ainda não conseguiram construir um novo papel para si nas relações e na sociedade e, em meio a este grande hiato, e a utilização da violência como ferramenta ineficaz de resolução de conflitos evidencia esta fragilidade velada.

Segundo Guimarães (2016), a partir deste processo de enfraquecimento da figura do homem nas relações, acaba sendo produzido um efeito de invisibilidade das diversas vulnerabilidades e fragilidades masculinas. Tanto no que diz respeito ao seu lugar nas relações conjugais, quanto às suas atribuições enquanto parte de uma sociedade mais ampla. Este complexo sistema acaba favorecendo também um afastamento dos homens de um lugar subjetivo e social, em que é possível demonstrar suas necessidades e que também precisam de cuidados. Nesta direção, Gonçalves (2017) enaltece a importância de iniciativas de intervenções com intuito de responsabilizar pelos seus atos os homens acusados de agressão, sem tratá-los meramente como vítimas, mas propiciando a promoção de ambientes de disposição e de acolhimento para eles e para suas experiências. Inclusive, para que possam ser realizados trabalhos que tenham como foco a mudança e a ampliação dos conceitos sobre estereótipos de gênero nas concepções desses homens.

Dentre as limitações deste estudo, destaca-se o momento no qual os homens entrevistados se encontravam, ou seja, em processo de acusação de violência contra a mulher. Sabe-se que esse é um momento tenso, podendo impactar nas concepções dos homens acerca do relacionamento amoroso ou favorecer o surgimento de influências advindas da desejabilidade social. Assim sendo, sugerem-se novos estudos sobre o tema com homens acusados de violência em diferentes momentos de execução do processo da Lei Maria da Penha.

Partindo dos conteúdos desvelados neste estudo, verifica-se a importância de iniciativas interventivas com os homens acusados de agressão. A violência como estratégia ineficaz de resolução dos conflitos conjugais e a idealização amorosa ocupam um lugar de destaque no cotidiano desses casais. Contudo, novas possibilidades

de administração destas questões podem ser apresentadas aos homens, com objetivo de enriquecer seus repertórios com perspectivas mais amplas e efetivas.

Referências

- Alves, S. L. B., & Diniz, N. M. F. (2005). "Eu digo não, ela diz sim": a violência conjugal no discurso masculino. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 58; 387-392. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672005000400002>
- Barbosa, R. R. (2018). Violência doméstica contra a mulher: danos psicológicos causados nas vítimas desta agressão. *Eventos Científicos da Fundação Educacional de Ituverava*, 3(3). <https://nucleus.feituverava.com.br/index.php/eventoscientificos/article/view/3128>
- Beiras, A., & Nascimento, M. (2017). *Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro*. Instituto NOOS.
- Beiras, A., Nascimento, M., & Incrocci, C. (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 262-274. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170995>
- Beuren, I. M. (2013). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática* (3. ed.). Atlas.
- Brasil. (2006). *Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)*. Diário Oficial da União.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Butto, A. (1998). Gênero, família e trabalho. In Borba, A. (Org.), *Mulher e política: Gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. Fundação Perseu Abramo.
- Datafolha/FBSP. (2019, 29 de fevereiro). *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil* (2. ed.). <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil>
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2010). Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, 18(1), 17-30. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100003&lng=pt&nrm=iso
- Delatorre, M., Hameister, B. D. R., & Wagner, A. (2015). Conflitos conjugais: Possibilidades de resolução. In Falcke, D., Mosmann, C. P., & Wagner, A. (Orgs.), *Viver a dois: oportunidades e desafios da conjugalidade* (pp. 51-69). Sinodal.
- Falcke, D., Boeckel, M. G., Arpini, D. M., & Madalena, M. (2015). Violência conjugal: Em briga de marido e mulher não se mete a colher? In Falcke, D., Mosmann, C. P., & Wagner, A. (Orgs.), *A. Viver a dois: oportunidades e desafios da conjugalidade*. (pp. 79-99). Sinodal.

- Falcke, D., Oliveira, D. Z. D., Rosa, L. W. D., & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: um fenômeno inter-racional. *Contextos Clínicos*, 2(2), 81-90. <https://doi.org/10.4013/ctc.2009.22.02>
- Garcia, L. P., Duarte, E. C., Freitas, L. R. S. D., & Silva, G. D. M. D. (2016). Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. *Cadernos de Saúde Pública*, 32, e00011415. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00011415>
- Gonçalves, J. P. B. (2017). As contribuições da noção de interseccionalidade e dos estudos feministas pós-coloniais para o campo das intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. In Beiras, A., & Nascimento M. (Orgs.), *Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro* (pp. 19-51). Instituto NOOS.
- Góngora, J. N., & Miragaia, P. (2000). *Parejas en situaciones especiales*. Paidós.
- Guimarães, F. L. (2015). "Ela não precisava chamar a polícia...": anestesias relacionais e duplo-vínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. <http://dx.doi.org/10.26512/2015.12.T.20983>
- Guimarães, R. C. S., Soares, M. C. S., Santos, R. C., Moura, J. P., Freire, T. V. V., & Dias, M. D. (2018). Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. *Revista Cuidarte*, 9(1), 1988-1997. <https://doi.org/10.15649/cuidarte.v9i1.438>
- Hirigoyen, M. F. (2006). *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Bertrand Brasil.
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: ciência e profissão*, 30(2), 262-275. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200004>
- Jacobs, J. (2004). Seven myths that can kill your marriage. *Psychology Today*, 37(2), 34-38.
- Mattiello, F. (2021). *Representações de gênero, expressão das emoções e comunicação conjugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
- Markman, H. J., Stanley, S. M., & Blumberg, S. L. (2001). *Fighting for your marriage: Positive steps for preventing divorce and preserving a lasting love*. Jossey-Bass.
- Miranda, C. E. S., & Ramos, J. D. S. (2012). *A fragilidade dos relacionamentos conjugais na contemporaneidade*. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12(2), 5-16.
- Mosmann, C.P.; Levandowski, D. C.; Costa, C. B.; Zordan, E. P.; Rosado, J. S., & Wagner, A. (2015). Qualidade conjugal: como casais avaliam seu relacionamento? In Falcke, D., Mosmann, C. P., & Wagner, A. (Orgs.), *Viver a dois: oportunidades e desafios da conjugalidade* (pp. 19-32). Sinodal.
- Organização Mundial de Saúde. (2021, 21 de abril). *Violência contra Mulheres – Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência*. <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>
- Organização das Nações Unidas (2016, 29 de agosto). *Relatório Estudo a fundo sobre todas as formas de violência contra a mulher, A/61/122, Add. 1, 6 de julho de 2006, §368, 2010*. <https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/1/27401/InformeSecre-General.pdf>.
- Paiva, T. T., Pimentel, C. E., & Moura, G. B. de. (2017). Violência conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. *Gerias: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 10(2), 215-227.
- Pinto, A. C. R. G., & Guedes, C. R. (2001). O conflito familiar na Justiça-Mediação e o exercício dos papéis. *Revista do Advogado*, 62, 64-71.
- Randle, A. A., & Graham, C. A. (2011). A review of the evidence on the effects of intimate partner violence on men. *Psychology of Men & Masculinity*, 12(2), 97-111. <https://doi.org/10.1037/a0021944>
- Rosenberg, M. B. (2006). *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. Ed. Agora.
- Rovinski, S. L. R., Schneider, A. M. D. A., Pariz, J., Santos, I. Á. Z., & Bandeira, D. R. (2018). Respostas de agressividade no Rorschach (R-PAS) de homens autores de violência conjugal. *Avaliação Psicológica*, 17(2), 199-204. <https://doi.org/10.15689/ap.2018.1702.13998.05>
- Sousa, G. A. M. D. (2017). *Violência conjugal contra a mulher na perspectiva dos homens encarcerados por essa prática no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia-GO* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás].
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9, 300-308. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>
- Strey, M. N. (2001). Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In Grossi, P. K. & Werba, G. C. (Orgs.), *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 47-69).
- Torossian, M. S., Heleno, M. G. V., & Vizzotto, M. M. (2009). Relacionamento conjugal e o fenômeno da violência doméstica: Um estudo de caso. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 17(1), 12-16. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v17n1p12-16>
- Walker, L. E. (2016). *The battered woman syndrome*. Springer publishing company.
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em estudo*, 75-84. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300010>

Kamila Baldino Gonçalves

Mestre em Psicologia e Saúde pela Universidade Federal de Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), em Porto Alegre, RS, Brasil; especialista em Psicanálise: Teoria e Técnica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em Porto Alegre, RS, Brasil; especialista em Psicanálise Lacaniana pelo Instituto ESPE). Psicóloga pelo Centro Metodista do Sul (IPA), em Porto Alegre, RS, Brasil. Psicoterapeuta individual de jovens e adultos em consultório particular.

Mariana Gonçalves Boeckel

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil, e Universitat de València, em València, Espanha; mestre em Psicologia Social pela PUCRS; especialista em Psicoterapia Familiar Sistêmica pela (Unisinos), em São Leopoldo, RS, Brasil, e Accademia di Psicoterapia della Famiglia, em Roma, Itália. Psicóloga pela PUCRS, em Porto Alegre, RS, Brasil. Docente no Curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação de Psicologia e Saúde na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), em Porto Alegre, RS, Brasil. Psicoterapeuta de casal e de famílias em consultório particular.

Endereço para correspondência

Kamila Baldino Gonçalves / Mariana Gonçalves Boeckel
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Rua Sarmento Leite, 245, prédio 1, sala 207
Centro Histórico, 90050-170
Porto Alegre, RS, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela SK
Revisões Acadêmicas e submetidos para validação
do(s) autor(es) antes da publicação.*